



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE ABRIL DE 2000

Senhora Ruth Cardoso, Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado e do Congresso Nacional; Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso; Senhor Ministro de Estado da Justiça, Doutor José Gregori e Dona Maria Helena, Senhores Ministros de Estado; Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; Senhores Parlamentares; Senhoras e Senhores,

O Doutor José Gregori iniciou o discurso fazendo referência às motivações que, eventualmente, me teriam levado a indicá-lo para assumir o cargo de Ministro da Justiça, neste momento da vida republicana brasileira.

E iniciou, como é do seu temperamento, afetivamente, mas verazmente. Disse que nos une uma sólida amizade, que se construiu há décadas ao comungarmos ideais. E mencionou esses ideais: direitos humanos, valores republicanos, uma vida a serviço de causas que fortaleçam a democracia e que permitam avanços significativos na sociedade brasileira.

É verdade, Doutor José Gregori, nossa amizade é sólida, mas não foi por isso que o escolhi. Eu o escolhi, e nem precisaria dizer as razões, porque o discurso feito por Vossa Excelência é suficiente para mostrá-las, porque se trata de uma pessoa que, nesses anos todos de vida pública, tem sido um exemplo de vida republicana. O momento do Brasil exige uma retomada de valores republicanos, não apenas em termos retóricos e bombásticos, mas até mesmo nas formas mais simples. A vida brasileira, hoje, requer do homem público comportamento, humildade, simplicidade, tranquilidade, firmeza. O Doutor José Gregori se comporta dessa maneira.

Uma sociedade, como ele mesmo descreveu, ainda cheia de injustiças e muita diversa, requer que se respeite o outro e que se aprenda com o outro. E que o exercício da autoridade seja baseado no respeito e não na imposição. O Doutor Gregori é um homem que se faz respeitar. Mais ainda, se faz querido: foi aplaudido em cena aberta antes mesmo de exercer o seu número. Isso é bom, isso é positivo porque cria uma relação de empatia com aqueles que com ele vão trabalhar, com aqueles que serão necessariamente objeto de seus cuidados, e mesmo aqueles que sejam, eventualmente, adversários. Isso é importante na construção da democracia.

Nesses anos todos de desempenho no Ministério da Justiça, com os vários ministros que aí estiveram, a começar pelo Ministro Jobim, que deixou uma marca muito forte, foi um exercício contínuo, primeiro de lealdade. Não se ouviu uma palavra do Doutor José Gregori, um comentário que fosse desairoso para com quem quer que seja, com os seus superiores, com seus colegas. É natural que um homem com as qualidades de José Gregori tivesse até se perguntado tantas vezes: “Por que não eu?” É natural, que tivesse perguntado. Mas o que é extraordinário não é fazer essa pergunta, é ter entendido; ao entender, contribuiu para o governo, contribuiu para que haja um clima de harmonia no governo, para que haja cooperação e que as disputas de vaidades – dizem que tanto ele como eu somos “pavões” –, sejam disputas de vaidade aberta, sem maldade, que não se transformem em maledicência que prejudica o outro, mas simplesmente o

olhar no espelho que, muitas vezes, até assusta porque não se é tão bonito assim.

São qualidades humanas que tem o Doutor José Gregori, que têm marcado a sua presença. Serviu a todos com lealdade. E fez o que ele acabou de descrever: deixou uma marca na questão dos direitos humanos que é reconhecida internacionalmente. Aqui, presente, está o Doutor Hélio Bicudo, que teve a honra de designar para nos representar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Outro brasileiro, na Costa Rica, outro eminente jurista, é o Doutor Antônio Augusto Cançado Trindade.

Hoje, os brasileiros têm orgulho de dizer que, sim, há injustiças no Brasil; sim, há tropelias no Brasil; sim, há violência no Brasil, mas ela não é coonestada pelo poder público. O poder público faz o que pode para limitá-la, para sancioná-la, para reprimi-la. Em grande parte, foi essa luta pelos direitos humanos. Aqui está outro batalhador, que é o Doutor Paulo Sérgio Pinheiro, que tem sido testemunha e ator desse processo. São muitos os brasileiros que se envolveram, nos últimos anos, na recuperação dessa dimensão essencial da democracia.

E no Congresso, há a Comissão de Direitos Humanos, quase sempre presidida por parlamentares que são de oposição ao governo, e o governo jamais teve críticas ao comportamento desses parlamentares. Não encontrou neles nenhuma vontade que não fosse, também, a de levar adiante os direitos humanos e não transformar a batalha pelos direitos humanos numa briga política menor, numa oposição que é meramente partidária.

Há, portanto, uma consciência crescente no Brasil a respeito dos direitos humanos, e o Doutor José Gregori simboliza isso. E ao simbolizar isso, ele incorpora os nomes que citei e muitos outros mais, nesse mesmo processo de reconstrução republicana.

Foi por isso, Doutor José Gregori, que eu o escolhi. Vossa Excelência demonstrou, no seu discurso, que conhece o dossiê, que está afinado com as várias questões e os vários desafios do ministério. Não é fácil o exercício do Ministério da Justiça nos dias de hoje, porque ele é o Ministério da Cidadania, sem dúvida. Ele é o m•Ministério, no

sentido mais tradicional, da Justiça, da reconstrução dos nossos códigos. Aqui, faço uma menção, não apenas genérica a todos os ministros que o antecederam, mas ao Ministro José Carlos Dias, que se dedicou muito, sobretudo do Código Penal, e teve um trabalho intenso de agrupar pessoas para que pensássemos com maior modernidade a atualização a questão dos nossos códigos.

É uma questão do Ministério da Justiça, sem dúvida alguma, a luta contra as desigualdades, que vai além da cidadania, que requer uma ação efetiva, ativa, de promoção de direitos e, até mesmo, além de direitos, da possibilidade de acesso aos benefícios que, eventualmente, a sociedade possa oferecer àqueles grupos que ainda estão à margem. É também responsabilidade do Ministério da Justiça uma participação muito ativa na luta contra a impunidade, contra a violência.

Até ousaria dizer – e repito o que disse há algum tempo – que, se quando assumi algumas funções de maior relevo no Brasil tive que me preocupar de forma obsessiva com o controle da inflação e da estabilização da economia, hoje, a sociedade brasileira reclama o fim da violência, do crime, e reclama um fim na corrupção e na impunidade.

O Ministério da Justiça é participe ativo desse processo. Um processo desafiador como esse não pode ser resolvido somente por um ministério, nem somente pelo Governo. Depende da sociedade, mas depende de uma compreensão que a sociedade, que os governos tenham da necessidade da coordenação.

O Doutor José Gregori, pelas qualidades que tem, não se sente diminuído ao compartilhar responsabilidades. A sociedade não quer saber, burocraticamente, se tal ou qual atribuição é deste ou daquele. Ela quer que, em conjunto, nos organizemos para enfrentar os desafios dela.

Hoje, o combate ao crime organizado, ao narcotráfico, à violência, ao contrabando, à violência em geral, já não pode ser mais considerado como atributo específico dos Estados ou da União, desse ministério, daquele ministério. É uma tarefa de todos nós e que tem que ser feita com esta visão. Com essa vocação de serviço e de coordenação, e não com a vocação burocrática de saber até que

ponto eu vou, até que ponto vai o outro. Não. Nós precisamos nos coordenar.

E o Presidente da República é responsável por isso. E a seu modo, sem tropelias, exige essa coordenação. Exige. Com tranquilidade. O Doutor José Gregori sabe disso e é um homem afeito ao trabalho em equipe. É um homem que sabe que, em certos momentos, menos do que o brilho pessoal, o que vale é a capacidade de entender a situação e de, em conjunto, encontrar saída para os muitos problemas que temos. Não vai ser fácil, não será fácil, não será possível, no período de um mandato, resolver essas questões. Isso é uma condição da sociedade, mas temos que caminhar nessa direção. Caminhar com sinceridade, sem bazófia, caminhar com determinação, porque a sociedade exige uma ação mais enérgica – e a palavra é “enérgica” – no combate a esses delitos que são, cada vez mais, assustadores.

Só uma personalidade como José Gregori seria capaz, como acho que será, de conciliar a crença nos direitos humanos, que se transformou em prática, a noção de que hoje se exige mais do que nunca, como ele próprio disse, o exercício de valores republicanos e, ao mesmo tempo, o espírito de cooperação e a firmeza necessários para coibir aquilo que já não é mais aceitável.

O Brasil está, neste momento, nos limites de um novo salto qualitativo nesta matéria. Se formos capazes de enfrentar grandes desafios na área econômica; se formos capazes de, em certas questões vitais para a sociedade, de avançar, como na educação, na saúde, na reforma agrária; se marcarmos a questão dos direitos humanos como uma característica da democracia contemporânea, não podemos cruzar os braços diante da violência, da corrupção e da impunidade.

Essa é uma tarefa para a qual o Ministério da Justiça será chamado a colaborar de forma, também, muito ativa, com o conjunto do governo da República. Tenho certeza de que o Doutor José Gregori, como sempre foi, será um batalhador na direção de recuperarmos a tranquilidade da família brasileira, que não será de um momento para o outro, mas que é como um desafio necessário e requer, portanto, uma ação imediata e correta.

A tarefa do Ministro é grande. Vossa Excelência contará sempre com o apoio do Presidente da República. Vossa Excelência contará sempre com a cooperação dos demais ministérios. Vossa Excelência acredita, como eu também, na justiça no Brasil. E Vossa Excelência conhece o Congresso e sabe que o nosso Congresso tem sido sensível às grandes causas nacionais. Vossa Excelência, hoje, passa a ser um dos pilares de uma grande causa, que é a causa da justiça entendida no sentido mais amplo.

Eu o felicito e posso dizer que a nossa amizade continuará inabalável. Vossa Excelência aqui está, não como amigo, mas como um grande brasileiro, como um grande patriota, como um republicano que, pelas qualidades suas – que desempenhou e aprofundou no decorrer desses últimos anos de vida pública ativa –, terá todas as condições para bem exercer esse cargo. É o que eu desejo.

Meus parabéns.